ELIMINAÇÃO OU SALVAÇÃO: apontamentos a respeito dos Ensaios sobre população de Thomas Malthus

Gustavo Romero [1]

DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v8i2.4446

Resumo: Este artigo discute os preconceitos gerais envolvidos na leitura do princípio malthusiano como um argumento em favor da eliminação do mais fraco. Argumenta-se que os mal-entendidos em torno dessa ideia atribuem uma postura univocamente pessimista a Malthus, seja negligenciando tanto seu credo religioso na infinita bondade da Deidade e na salvação irrestrita da humanidade, seja negligenciando sua crença no desenvolvimento mental enquanto analogia do trabalho divino na Terra. Conclui-se que a leitura atenta desses dois componentes permite interpretar o princípio malthusiano da população como um princípio de desacordo, e não defesa, do sofrimento perpétuo humano, e como indução à melhoria individual e ao progresso social em geral.

Palavras-chave: Teodiceia. Mente. Progresso

ELIMINATION OR SALVATION: notes regarding Thomas Malthus's Essays on population

Abstract: This article discusses the prejudices in general readings of Malthusian principle as a plea for elimination. It is argued that the misunderstandings around this idea assign a univocally pessimist stance to Malthus, either neglecting his religious faith in the infinite Deity's goodness and the overall salvation of humankind, either neglecting his important belief in mind improvement as the worldly work of Deity. It is concluded that an attentive reading of these two components allow the Malthusian principle to be interpreted as a principle of disagreement, but not of defence, to human perpetual distress, and as an induction to individual improvement and overall social progress.

Keywords: Theodicy. Mind. Progress.

JEL Codes:. B12, B31, Z12.

[1] Doutorando em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Mestrado em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Especialização em Administração de Empresas (FGV), Graduação em Economia (UNICAMP) e História (UNINTER). Docente e coordenador dos cursos de Ciências Econômicas e Comércio Exterior no Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5570-2670. E-mail: gustavoromero14@gmail.com.

Recebido em: 10/09/2024
Aceito em: 09/12/2024

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores inimigos do saber e fazer científico é o uso de rótulos, representação típica de atribuições apressadas a conteúdos difusos. A deliberação é fundamental à prática científica, mas não se pode confundir com um mal-entendido. Como aponta Gianetti da Fonseca, atribuições apressadas a conteúdos difusos contribuem para a formação de mal-entendidos, cuja orientação não é pelo desenvolver científico, mas pelo anulamento das ideias contrárias ou, o que é ainda pior, pela acrasia teórica, "distorção positiva do argumento ou conjectura ameaçadora" pela atribuição de valor *ad hoc* a certo conjunto de ideia proferidas por outrem, no claro intuito de "avançar por entre as linhas o inimigo e desfigurar seu pensamento transformando-o em adversário conveniente, mais controlável" (Fonseca, 2003, p. 197). Um dos episódios de acrasia documentados por ele é o mal-entendido a respeito da relação entre Thomas Malthus e a economia política.

Desde o verbete de Malthus na *Enciclopedia Britannica*, que caracteriza Malthus como um "economista pessimista [que] vê a pobreza como destino inescapável da humanidade" (MacRae, 2024), até a peremptória afirmação de Jonh M. Keynes sobre o quão "mais sábio e rico lugar seria o mundo hoje" se Malthus, e não David Ricardo, fosse o "pai" dos economistas do século XIX (Keynes, 1978, p. 100-101), as ideias malthusianas forneceram material para muitos mal-entendidos. Some-se a isso a relação que Charles Darwin estabeleceu, em sua autobiografia, entre a leitura dos *Ensaios sobre a população* no ano de 1838 e a elaboração definitiva de sua ideia de "luta pela sobrevivência" (Darwin, 1993, p. 120), e tem-se a combinação irresistível entre pessimismo e escassez. Malthus ingressa nos anais da história como promotor da "ciência lúgubre" (*dismal science*) da economia política e seu princípio da população como sinônimo de seleção e eliminação dos mais fracos.

Peter Bowler foi um dos autores a argumentar abertamente contra a vinculação entre seleção e eliminação. Segundo seu entendimento, a ideia de luta pela sobrevivência é ambígua em função do significado incompleto da palavra "luta", que pode indicar tanto a competição intraespécie (tipo de luta "a") por condições mais favoráveis de alimentação e reprodução, quanto a competição interespécie contra as condições mais ou menos favoráveis do ambiente (tipo de luta "b"). Malthus estaria ciente de que o tipo de luta "a" é potencializado pela sobrepopulação, mas também de que essa condição seria particularmente relevante a sociedades que ele considerou "primitivas". A distinção entre estágios de desenvolvimento social foi uma premissa metodológica largamente utilizada por autores europeus das mais variadas áreas de investigação. O que permite diferenciá-los é a forma específica como cada um compreendeu a transição entre esses estágios, ou qual o dispositivo motriz para que uma sociedade esteja em condições consideradas superiores a outra. As leituras superficiais da obra de Malthus sugerem, em sua opinião, uma compreensão restrita à perspectiva de luta "a" e, consequentemente, uma sociedade seria mais avançada que outra na medida que pudesse suprir mais ou menos materialmente sua população. Contudo, uma leitura mais cuidadosa indica uma apropriação indireta e que Malthus tenta investigar "qualquer traço da luta 'a' considerada como consequência da luta 'b'" (Bowler, 1976, p. 633)[2].

[2] Este artigo, assim como outras referências citadas ao longo do trabalho, foi consultado originalmente em língua inglesa. Como medida de fluência, todos receberam tradução própria para língua portuguesa.

A clivagem entre significados do conceito de luta permite uma apreciação crítica da obra malthusiana, não como denúncia das condições de eliminação da espécie humana, mas como um esforço de compreender as condições mais propícias ao desenvolvimento da mente humana. Ao interpretar o conceito de luta como um complexo de interações entre indivíduos e ambiente, é possível vislumbrar que competição não implica simples exercício de violência (seja pela luta letal direta entre indivíduos ou contra a irascibilidade da natureza), mas como um todo desafiador que apresenta condições diversificadas para o desenvolvimento de adaptações mais favoráveis ao desenvolvimento do caráter humano. Este artigo se propõe a uma análise detida das diversas versões dos *Ensaios* e, sem querer atuar politicamente em defesa de Malthus, extraí-lo do lugar comum pessimista a que se viu submetido como simples economista e situá-lo como teórico fundamental na trajetória moderna de compreensão do Ser humano.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A natureza desta investigação é qualitativa e baseada em pesquisa bibliográfica. Conforme apontado na Introdução, há uma preocupação prioritária com os significados e conceitos articulados e a possibilidade de interpretações múltiplas. Por esse motivo, esta pesquisa bibliográfica foi segmentada de maneira consecutiva: primeiramente, foi realizada uma leitura completa de todas as edições do *Ensaio sobre a população,* com vistas à identificação de conceitos que fossem reincidentes ao critério investigativo da obra. Isso implicou afastar a rotulação específica de economista político, comumente atribuída a Malthus, porque ela desvia a atenção da complexidade própria à tecitura do *Ensaio*. Importante lembrar que, publicado anonimamente em 1798, ele passou por substancial revisão e foi republicado – dessa vez com autoria identificada – em 1803, recebendo ainda sucessivas revisões em 1806, 1807, 1817 e 1826.

Com esse procedimento, busca-se inserir a compreensão dos significados dentro do próprio contexto linguístico e escrito por Malthus, o que aplica – ainda que de forma parcimoniosa – o critério de contextualização desenvolvido pelo reconhecido trabalho de Quentin Skinner (2002), para quem é necessário interpretar as "coisas como elas são". Essa diretriz conduziu ao segundo momento da pesquisa bibliográfica, em que se realizou uma varredura na literatura secundária sobre Malthus que também trabalhasse com a articulação entre conceito e significado e que também problematizasse o rótulo de economista político. Aqui se localizou a extensa pesquisa realizada por John Pullen, que há décadas investiga os condicionantes não especificamente econômicos do pensamento malthusiano, em linha à seminal investigação sobre Thomas Malthus conduzida por Donald Winch. Outros autores, identificados nas páginas que se seguem, também foram cotejados pela sua contribuição ao alargamento do escopo científico da obra malthusiana.

Essa revisão bibliográfica em duas etapas evidenciou diversas interações conceituais, dentre as quais duas se mostraram particularmente sensíveis: uma delas, entre os conceitos de mente, espora moral e salvação; a outra, entre mente, razão e progresso. Observe-se que ambas estabelecem paralelismo em torno do conceito de mente. Como se verá adiante, esses dois grupos conceituais serão desenvolvidos sequencialmente, de forma a evidenciar, de forma lógica e exegética, como houve uma modificação do significado ocupado pelo conceito de

mente na construção do *Ensaio*, o que coincide com uma alteração significativa da interpretação de Malthus a respeito de sua realidade.

Além dos achados de pesquisa, que serão apresentados a seguir, observou-se uma contribuição incidental, mas sobressalente, do presente artigo: sua contribuição com a carência notável de produção bibliográfica sobre Thomas Malthus no Brasil. O único trabalho de investigação efetivamente crítica da obra do autor realizado em âmbito nacional ainda é aquele conduzido por Maurício Coutinho (1993), mas cujos méritos se concentram no enfoque preciso sobre as questões pertinentes às diretrizes de pensamento propriamente econômico do inglês. Assim, na pesquisa bibliográfica conduzida acima, foi possível constatar a carência tanto na primeira etapa de pesquisa bibliográfica – as versões subsequentes do *Ensaio* nunca receberam tradução no Brasil – quanto na segunda – não há discussão significativa, como relatado, sobre o texto malthusiano além da primeira versão do *Ensaio*, do ano de 1798[3].

Uma nota metodológica final. Ao longo do artigo não se problematiza o contexto histórico geral da obra malthusiana. A proposta prioritária é atender o público pesquisador em História do Pensamento Econômico fornecendo elementos que não especificamente econômicos da obra malthusiana, com o intuito de para afastar certa caricatura que se consolidou na área. A exegese dos textos, contudo, pode fornecer material valioso, particularmente aos investigadores da epistemologia da sociologia e aos estudiosos da história intelectual. Recomenda-se, sobretudo, cautela: o pensamento malthusiano tem recebido atenção renovada em período recente principalmente pela ecologia política. Apesar de área promissora, seu principal diálogo com Malthus ocorre justamente em torno da cláusula da "luta pela sobrevivência" – algo que, como se verá ao longo do artigo, omite traços indispensáveis para a compreensão do autor. Nesses casos, recomenda-se o confronto do presente artigo com outros aportes dedicados ao envolvimento de Malthus com a economia política e sua intensa relação com David Ricardo. O texto de Donald Winch (1996), citado ao longo do artigo, fornece uma excelente porta de entrada ao tema.

3 MENTE, ESPORA MORAL E SALVAÇÃO

Em 1798, Thomas Malthus publica, de forma anônima, um *Ensaio sobre o princípio da população* (daqui em diante, apenas *Primeiro Ensaio*). O livro é um compilado eclético de teologia e filosofia de função nitidamente panfletária: seu subtítulo sugere o estudo de como esse princípio afeta a melhoria futura da sociedade, com "observações" sobre as especulações do Sr. Godwin (William Godwin) e M. Condorcet. As observações se concentram na busca por "leis da justa teoria", pela "constância das leis na natureza", pela "fundação de todo o conhecimento humano" e pela "fundação da faculdade da razão" (Malthus, 1966, p. viii, 159, 362). A pretensão universalista e o primado da moderação acompanham não somente a formação pessoal de Malthus – além de matemático formado em Cambridge, ele era ordenado como cura da *Church of England* – mas sobretudo uma opção metodológica, a doutrina das proporções. Essa metodologia peculiar "guiou-o a estabelecer as respectivas vantagens das

[3] Por sinal a única edição traduzida em território nacional, dentro da conhecida coleção "Os Economistas". Por uma questão de critério metodológico, este artigo se concentrou na bibliografia produzida em seu idioma nativo, e a tradução em questão não foi cotejada.

posições extremas e contraditórias, não como uma ilógica tentativa de sustentar tais posições simultaneamente, mas como um prelúdio para delinear uma via média" (Pullen, 1982, p. 270).

Deve-se destacar, de passagem, que o momento em que Malthus formula seu *Primeiro Ensaio* envolvia uma limitação retórica considerável. Em 1790, Edmund Burke publica seu influente *Reflexões sobre a Revolução na França*, considerado como um grande manifesto em favor da tradição. Além de fortalecer a aglutinação Tory do período, o que tornou seu pensamento persistentemente relevante foi a maneira como ele justificou o estatuto da tradição: como algo próprio à experiência e avesso ao experimento. Se há dúvida sobre a alimentação da pessoa, não se deve consultar o metafísico, e sim o fazendeiro, ou mesmo o médico. Ou seja, o bom legislador era aquele que sabia distinguir com clareza as "duas naturezas" do ser humano (a primeira dada à humanidade por Deus, a segunda cultivada pela educação e pelos hábitos) e aceitar, por consequência, a força do costume: "a vida política mimetizava a vida natural das espécies humanas ao usar o tempo para transmitir conhecimento e garantir a perpetuidade" (Walter, 2021, p. 36-37). Especulações ou conjecturas eram indistintamente consideradas como "teorias", as mesmas que prenunciaram o "desastre" revolucionário francês (Walter, 2021, p. 32).

Consequência direta desse contexto o princípio da população não é apresentado por Malthus de forma unidimensional, tão pouco abstrata: o argumento é composto e apela à compreensão prática e imediata. Tal era a importância da dimensão argumentativa que Malthus impõe ainda um artifício adicional, assentando o princípio da população em dois postulados antagonistas e extremos (Malthus, 1966, p. 11): (a) "que o alimento é necessário à existência do homem" e (b) "que a paixão entre os sexos é necessária". O primeiro postulado pode parecer mero truísmo, mas coloca duas questões de suma importância. Em primeiro lugar, porque vincula a condição existencial elementar do ser humano (fome) aos limites da natureza, reflexão um tanto inusitada para uma época em que o progresso técnico se tornava equivalente ao próprio conceito de progresso. Em segundo lugar, é importante porque indica uma hierarquia – o primeiro antecede logicamente o segundo postulado. É lógico porque um ser humano morto não pode se reproduzir, mas não apenas por isso. A reprodução, segundo Malthus, segue leis fixas: mesmo que ela se limite logicamente ao postulado do alimento, ela é considerada igualmente condição inextrincável ao Ser humano.

A orientação cristã de Malthus não condena a paixão entre sexos, e sim o intercurso ocorrido fora da instituição marital: o ser humano responde tanto à natureza quanto ao seu Criador, cujo comando nas Escrituras é o "Crescei-vos e multiplicai-vos". O que está em questão são "os efeitos, de fato, d[as] restrições ao casamento [que] são muito evidentes nos vícios que são produzidos em toda parte do mundo", vícios que envolvem "continuamente os dois sexos em inextrincável infelicidade" (Malthus, 1966, p. 69-70). O alívio dessa paixão não figura mero adultério ou prostituição – indicado ao longo de todas as edições dos *Ensaios* como "gratificação irregular" – mas indica, de forma mais alarmante, "atos altamente prejudiciais aos interesses gerais da sociedade" que demandam uma adesão convicta à "Razão [*Reason*], aquela faculdade que nos capacita a calcular consequências [como] apropriado corretivo e guia" e a mais confiável para "prevenir o abuso dos prazeres sensuais, ainda que de forma alguma as extinguirá" (Malthus, 1966, p. 215-216).

Aqui está o cerne do postulado implícito de "consequencialismo voluntarista" (Cremaschi, 2013), central para entender a conexão entre o *Primeiro Ensaio* e suas revisões

subsequentes. Para compreender esse postulado em sua totalidade, contudo, deve-se analisar cautelosamente a peculiar retórica malthusiana. Exemplo característico é encontrado numa nota de rodapé redigida por Malthus:

> Os poderes de seleção, combinação e transmutação, que demonstram toda semente, são verdadeiramente milagrosos. Quem pode imaginar que essas maravilhosas faculdades estão contidas nesses pequeninos pedaços de matéria? A mim parece muito mais filosófico supor que o poderoso Deus de natureza está presente em plena energia nessas operações. Para esse Todo-Poderoso Ser, seria igualmente fácil fazer brotar um carvalho com ou sem uma bolota. O processo preparatório de colocar as sementes no solo é meramente ordenado para uso do homem, como um dos vários excitamentos necessários para despertar a matéria da mente [*matter into mind*]**.** É uma ideia que será encontrada, consistente tanto com os fenômenos naturais ao nosso redor quando com os vários eventos da vida humana, e com as sucessivas Revelações de Deus ao homem, supor que o mundo é um poderoso processo de criação e formação da mente**.** Muitos vasos serão necessariamente quebrados e atirados de lado com inúteis; enquanto aqueles vasos cujas formas são cheias de verdade, graça e beleza serão assoprados para lugares mais felizes, mais próximo da presença do poderoso criador (Malthus, 1966, p. 246-247).

A referência aos "vasos quebrados e inúteis" pode sugerir sua associação com o conceito de eliminação. Mas essa leitura negligencia, como já dito, a heterodoxia religiosa de Malthus, que argumentava não apenas que "o temor do Senhor é dito muito justamente como o início da sabedoria; mas o fim da sabedoria é o amor do Senhor e a admiração pela bondade [*moral good*]", mas também que ao se refletir "sobre as tentações que cada homem deve *necessariamente* estar exposto neste mundo [...] É perfeitamente impossível conceber que quaisquer dessas criaturas das mãos de Deus possa ser condenada ao sofrimento eterno" (Malthus, 1966, p. 387-389). A persistência do Mal é aceita apenas como medida necessária ao cumprimento da plenitude divina – como mecanismo de estímulo, e não finalidade. "O trabalho [*labour*] necessário para produzir subsistência" é o mesmo "processo necessário para despertar a inerte e caótica matéria em espírito" (Malthus, 1966, p. 149, 353).

Por isso a referência aos vasos, na citação acima, não é fortuita. A transformação da matéria inerte em espírito segue um processo similar à modelagem do barro ou da argila, em que as vicissitudes mundanas seriam elas mesmas a justificativa para a infinita bondade e sabedoria da Deidade, a Mesma que mistura "novos ingredientes à vigorosa massa, adaptada ao estado particular do processo e calculada para dar origem a um novo e portentoso treino dos sentimentos [*impressions*], que tende a purificar, exaltar e melhorar [*improve*] a mente humana" (Malthus, 1966, p. 392)[4]. As adversidades colocam essa matéria inerte em movimento, mas não qualquer matéria, tampouco qualquer movimento. O movimento segue um desígnio pelo qual humano e Criador são conectados pelo desenvolvimento de uma matéria em particular: a mente. O curioso é como Malthus limita a onipotência divina: a mente humana não é pura, ela tem que ser purificada, isto é, o trabalho de salvação exige tempo – não haveria propósito na salvação divina se a perfeição fosse instantânea.

[4] A ocorrência do termo "impressions" em vários momentos do *Ensaio* não é acidental. O pai de Malthus era amigo de David Hume, de cuja autoria é o *Tratado da Natureza Humana*, que contempla entre seus objetivos principais a compreensão de como as impressões da mente formam os sentimentos humanos. Não há como discutir o tema em pormenores aqui, mas o próprio Hume utiliza as expressões "*impressions*" e "*feelings*" de forma indiscriminada em vários momentos do *Tratado*.

Esse ângulo permite alterar o enfoque pessimista em favor de uma análise propositiva sobre a conduta humana. Segundo Malthus, a "intemperança em todo prazer derrota seu próprio propósito", porque "a superioridade dos prazeres intelectuais aos sensuais consiste, antes disso, em preencher mais tempo, em ter maior alcance e ser menos suscetível à saciedade" (Malthus, 1966, p. 212). Ou seja, tanto os prazeres carnais quanto intelectuais se encontram no mesmo nível analítico; o que os distingue é sua "durabilidade". Desnecessário lembrar que a orientação religiosa adotada pelo *Ensaio* torna inadmissível o recurso a métodos abortivos - fonte de vício insanável do ponto de vista cristão. Disso decorre que a única paixão admissível, o marital "amor virtuoso" (Malthus, 1966, p. 66), deve ser temperado não apenas como medida de limitação preventiva, mas como condição que permite o tempo apropriado ao desenvolvimento da mente.

Na ausência da temperança e na inadmissão (religiosa) das "gratificações irregulares", cabe à força punitiva da natureza, por meio do princípio da população, a ação reguladora do desenvolvimento mental. Os dois mecanismos ou obstáculos naturais (não-racionais) de limitação (*checks*) ao princípio da população são (Malthus, 1966, p. 294-297): (a) o indireto ou preventivo, cuja prática se resumiria basicamente ao retardo do casamento e, por consequência, o adiamento da idade reprodutiva fértil e os rebentos sob garantia de tutela familiar; (b) na ausência desse primeiro, surge o mecanismo direto ou positivo, nada mais que a fome, "o último e mais pavoroso recurso da natureza" (Malthus, 1966, p. 139), que tanto aumenta as taxas de mortalidade quanto reduz a expectativa de vida.

Pode-se sugerir que a sustentação do argumento é frágil; afinal, o diagnóstico do *Primeiro Ensaio* envolveria a aceitação tácita de um dogma cristão específico sobre o casamento e o ato sexual. Nesse caso, seria difícil defender a validade de um argumento apresentado como empírico se uma de suas premissas não é empírica, mas dogmática. Forma-se, como bem observa Donald Winch, um paradoxo funcional no texto, já que "os comprometimentos teológicos de Malthus o provêm com uma teleologia do melhoramento, que age como o equivalente religioso do perfectibilismo secular que o *Ensaio* se propõe a minar" (Winch, 1987, p. 35).

Esse paradoxo é esclarecido, contudo, quando se coloca a discussão sobre sexualidade no campo do prognóstico, e não diagnóstico. A agenda do sexo e procriação no texto malthusiano é muito distinta daquela concebida segundo o dogma cristão original. Antes de se colocar como o epicentro da luta entre razão e paixões, a moralidade sexual é enquadrada por Malthus "em estreita relação com outro problema que corresponde em ética aplicada às virtudes da justiça e beneficência, a saber, pobreza" (Cremaschi, 2016, p. 65). A distinção estabelecida por Cremaschi é de suma importância, porque permite isolar a fragilidade do argumento do *Primeiro Ensaio* como um todo em favor de um de seus pontos sólidos. Afinal, dentre as principais fontes de revisão substancial do *Primeiro Ensaio*, consta a tentativa contínua de Malthus (re)construir uma via média entre obstáculos naturais e desenvolvimento mental:

> Eu não suporia de maneira alguma que a massa da humanidade alcançou o fim de seu melhoramento; mas o principal argumento deste ensaio tende a posicionar numa forte perspectiva a improbabilidade de que as pessoas de classes mais baixas, em qualquer país, são suficientemente livres da necessidade e do labor, de forma a atingir qualquer grau elevado de melhoria intelectual (Malthus, 1966, p. 217-218).

Note-se a necessidade de uma leitura cautelosa dos *Ensaios*. A referência a classes "mais baixas" pode conduzir à conclusão simplificada sobre a predileção social e política de Malthus por classes "mais altas". Os exemplos dessa associação são inúmeros (Pullen, 2019a, p. 1418-1419). Contudo, John Pullen (2019a) ressalta ser esse um mal-entendido generalizado a respeito da obra malthusiana: as declarações incisivas de Malthus (que não são poucas) são tomadas em isolado e obstruem a leitura de uma aplicação metódica da mesma doutrina das proporções no campo social. Nesse caso, a argumentação de Malthus vislumbrou "as possibilidades abertas pelo crescimento da classe média" (Winch, 1996, p. 148) no que se refere ao contingenciamento político. Essa questão só ficaria mais evidente nas edições subsequentes do *Ensaio,* mas já no primeiro é possível verificar a afirmação de que "apesar de que em todo estado civilizado deve existir uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; ainda sim uma vantagem permanente sempre resultaria de uma equalização mais próxima da propriedade (Malthus, 1966, p. 344).

Por isso, a questão vai mais longe que o mero "estado civilizatório". O pretexto religioso impede que Malthus aceite apenas a salvação do rico ou apenas a danação do pobre; o Inferno, como visto, não é para ele o desígnio divino, e o "reino dos céus" deve ser o destino reservado para todas as "ovelhas do rebanho", indiscriminadamente. O obstáculo positivo não pesa mais sobre pobre porque esse é seu destino, mas porque o processo de desenvolvimento mental dessa classe é interrompido com mais celeridade pelo intercurso precoce e pela multiplicação de sua prole. Em outras palavras, tanto os obstáculos preventivos quanto positivos incidem sobre todas as camadas sociais, mas no caso da camada mais pobre, a presença da fome e da pestilência alcança o ser humano empobrecido mesmo antes que se defronte com o dilema do obstáculo preventivo, o adiamento do casamento.

Malthus teve um envolvimento conturbado nas discussões sobre as antigas "leis dos pobres" (*Old Poor Laws*), transitando entre a intransigência da responsabilidade individual e a admissão de alívios temporários por questões humanitárias (Digby, 1986, p. 162-164). Esse dualismo introduziu, de certa forma, um viés na interpretação retrospectiva do *Primeiro Ensaio* como um tratado de admoestação contra a irresponsabilidade do pobre. Essa conclusão, contudo, denota caráter político, enquanto o *Primeiro Ensaio* consistia na inusitada combinação entre teologia e empiria. Estudo realizado por Wrigley e Smith (2020) compilam dois conjuntos de dados reveladores: no final do século XVII, apenas 16 por cento das nubentes estavam grávidas. No início do século XIX, estima-se que quase 40 por cento das concepções ocorrera antes do casamento. Ou seja, "durante o período em que Malthus foi cura em Okewood, ele deve ter testemunhado noivas pesadamente grávidas se aproximando do altar" (Wrigley; Smith, 2020, p. 56-57).

Portanto, pode-se interpretar que os obstáculos (*checks*), tanto positivos quanto preventivos, insistentemente citados ao longo do *Primeiro Ensaio*, funcionam sobretudo como artifício retórico. Como bem destaca Walter (2021, p. 15), "as preocupações do início da filosofia moderna eram totalmente diferentes do foco atual em epistemologia. Em vez disso, a teologia e a filosofia forneceram modelos para governar a alma ou mente de alguém". Os obstáculos sugeridos por Malthus, nesse sentido, não servem à criação de um "modelo de sobrevivência": eles indicam as medidas forçosas de supressão divina e empírica ao se atingir os extremos da miséria e do vício. Em outras palavras, a finalidade dos obstáculos não é defender a "sobrevivência do mais apto" tampouco admoestar a pessoa pobre, mas sim criar

um dispositivo retórico que propõe ser a eterna luta cristã do Bem contra o Mal o advento preciso para que a Deidade incentive o ser humano "de argila" a se "modelar" e escapar ao sofrimento eterno. Miséria e vício são tanto causa quanto consequência do Mal, mas, ao mesmo tempo, causa para o empenho no Bem.

Não é por acaso que o *Primeiro Ensaio* condena abertamente a discussão do progresso em termos das instituições políticas e sociais, "simples penas que flutuam na superfície, em comparação àquelas causas de impureza mais profundas" (Malthus, 1966, p. 177). Malthus discute uma ideia de progresso particular, aquele obtido pelo contraste entre punição e recompensa moral: "a maldade [*moral evil*] é absolutamente necessária à produção da excelência moral", e mesmo "um amor ardente e uma admiração pela virtude parecem implicar a existência de algo oposto" (Malthus, 1966, p. 375-376). O Bem vem à existência como resposta à presença e persistência do Mal, não por simples antagonismo, mas porque "a perfeição uniforme e padronizada não poderia deter os mesmos poderes de despertar" o desenvolvimento da mente (Malthus, 1966, p. 378). Essa é, enfim, a essência do já adiantado "voluntarismo consequencialista" de Malthus, que:

> não implica que sua ética normativa fosse utilitarista. Em vez disso, tratava-se de uma espécie de ética da virtude. A ética normativa de Malthus foca em duas principais virtudes "naturais", a saber, a benevolência e a castidade. Em um estado social, embora pré-político, como o de homens vivendo sem governo e lei, haveria ao menos alguns deveres, ainda que vagamente definidos, como o de ajudar o próximo e o de formar um vínculo estável com uma pessoa do sexo oposto. [...] [Mas] Há um segundo grupo de virtudes: virtudes artificiais. Estas surgem assim que se realiza a transição para o estado político. Virtudes como o amor pela igualdade e o amor pela liberdade pertencem a este segundo tipo. Um lugar especial é reservado a uma quinta virtude, a prudência, que governa tanto a busca individual pela felicidade quanto a busca coletiva pelo bem público (Cremaschi, 2013, p. 45).

Com isso o *Primeiro Ensaio* inicia uma longa (e errática) trajetória pela qual Malthus buscará os "meios pelos quais Deus intende assegurar a felicidade da massa da sociedade nesta terra, e alcançar o desenvolvimento progressivo da mente e da condição material humanas" (Winch, 1987, p. 35). A miséria, conjunto de "sofrimentos e angústias da vida ... necessários, através de um peculiar treino de sentimentos [*impressions*], para suavizar e humanizar o coração, para despertar a simpatia social, para gerar todas as virtudes cristãs e para garantir a extensão de um amplo esforço de benevolência" (Malthus, 1966, p. 372), é um tema presente em todo o ensaio e não pode ser compreendida como mero sinônimo de pobreza, mas como espora moral, como o alerta intransigente contra a satisfação de prazeres mundanos instantâneos em detrimento da busca pela Salvação.

Note-se a divergência diametral de uma leitura do "princípio malthusiano" como mero contraponto entre o crescimento populacional exponencial e o crescimento aritmético da oferta de alimentos. A admissão do desenvolvimento da mente à equação não permite postular esse contraponto como condição apriorística, mas subordinada à conclusão lógica sobre o destemperamento da razão. Dessa forma, a análise conclusiva sobre o *Primeiro Ensaio* não deve ser reduzida à convergência entre escassez e competição individual, mas compreendida como diretriz para a compreensão das "dificuldades experimentadas pela raça como um todo em face da oferta limitada de alimento" (Bowler, 1976, p. 638). Mesmo que os obstáculos impostos pela

natureza sejam intransigentes, uma mente depurada pode ao menos mitigar a dor da espora moral. A metáfora escolhida por Malthus é ilustrativa do propósito maior do livro:

> Mas se prosseguirmos sem um conhecimento aprofundado e uma compreensão precisa da natureza, extensão e magnitude das dificuldades que temos de enfrentar, ou se direcionarmos nossos esforços de forma imprudente para um objetivo no qual não podemos esperar sucesso, não apenas esgotaremos nossas forças em esforços infrutíferos e permaneceremos tão distantes quanto antes do cume de nossos desejos, como também seremos perpetuamente esmagados pelo recuo desta rocha de Sísifo (Malthus, 1966, p. 347).

Esse trecho localiza o pensamento malthusiano na dupla condicionalidade discutida anteriormente: uma retórica modulada por teologia e filosofia, e não pela epistemologia. A fonte do conhecimento não está em debate, principalmente para um autor da estirpe de Malthus: o domínio do conhecimento, a sabedoria, cabe à onipotência do Criador. O que cabe à retórica é sugerir as formas de acesso ao conhecimento. É nesse sentido que, para Malthus e seus contemporâneos, o pensamento científico era indissociável da ética. Não no sentido "do que era moralmente certo ou errado, mas no sentido de que o pensamento poderia ser o produto de uma mente adequada ou inapropriadamente regulada" (Walter, 2021, p. 15).

Em suma, contra a condenação de Sísifo, só resta o recurso ao conhecimento. Os obstáculos oferecidos pela natureza não são intransponíveis: eles são o princípio do aprendizado, o que consiste numa "formulação diferente da teoria ética de Malthus, a adoção da *melhoria moral* [*moral improvement]* ao invés da *felicidade* [*happiness]* como a variável a ser maximizada na teodiceia, na adoção da educação generalizada como a principal arma na guerra contra a pobreza" (Cremaschi, 2013, p. 46). A intrincada admoestação do *Ensaio,* um misto eclético de religiosidade e empiria, não elimina a relação latente entre Razão e Progresso, e, analogamente, a transição do barbarismo à civilização. Por isso é fundamental avançar para as edições subsequentes, em que o recurso à razão é promovido à posição protagonista.

4 MENTE, RAZÃO E PROGRESSO

Após revisão substancial, Malthus publica a segunda edição de seus *Ensaios* em 1803, desta vez de forma reputada com uma alteração de título: "Um ensaio sobre a população, ou uma visão de seus efeitos passados e futuros sobre a Felicidade Humana, com uma investigação sobre nossos prospectos a respeito da remoção ou mitigação futura dos males [*Evils*] que ele ocasiona" (daqui em diante, apenas *Segundo Ensaio*). Longo e sugestivo título, pois se no *Primeiro Ensaio* o título indicava uma postura essencialmente crítica e negativa - questionar a ideia de melhoria contínua de Godwin e Condorcet -, no *Segundo* Malthus se coloca em posição mais assertiva, ou melhor, investigativa e especulativa. O artigo que conclui o *Segundo Ensaio,* "nossas expectativas racionais a respeito da melhoria futura da sociedade", deixa essa reformulação retórica evidente:

> No todo, portanto, apesar de nossos futuros prospectos a respeito da mitigação dos males decorrentes do princípio da população não serem tão esplendorosos como desejamos, eles estão longe de serem totalmente desalentadores, e de maneira alguma precludem da gradual e progressiva melhoria na sociedade humana [...]. Pelas leis da

> propriedade e do casamento, e pelo princípio aparentemente estreito do amor-próprio [*self-love*], que induz cada indivíduo a se esforçar em melhorar sua condição, nós somos todos devedores dos mais nobres esforços do gênio humano, por tudo que distingue o civilizado do estado selvagem. [...] A estrutura da sociedade, em suas características gerais, permanecerá sempre imutável. Nós temos toda razão para crer que consistirá sempre de uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; mas a condição de cada uma, e a proporção que estabelecem entre si, podem ser alteradas tão grandemente de forma a melhorar a harmonia e beleza do todo (Malthus, 1989, I, p. 202-203).

Há duas sugestões perceptíveis nesse parágrafo, muito bem captadas por John Pullen: a doutrina das proporções (Pullen, 1982) e o desejo de melhoria (Pullen, 2019b). O cruzamento de ambas implica que melhorar não se resume a qualquer processo expansivo e aleatório, mas, pelo contrário, a determinado processo guiado e antevisto e, portanto, qualitativo. Ao admitir essas condições, Malthus abdica de uma cláusula muito cara a qualquer formação newtoniana – como fora seu caso –, a reversibilidade. Mesmo que a irreversibilidade do progresso humano se ofereça como limitação retórica, é precisamente esse artifício que permitirá a Malthus transitar entre a fundamentação teológica e social.

O *Primeiro Ensaio* é concluído com dois longos capítulos que versam sobre as visões teológicas de Malthus e a ideia de espora moral, e que são completamente omitidos no *Segundo Ensaio* e todas as suas edições subsequentes. Com isso ele se defende das investidas da *Church of England* contra sua deliberada heterodoxia (Pullen, 1987, p. 234-235). Mas não é apenas a tinta teológica que Malthus reconheceu como excessivamente carregada. O argumento obsessivo sobre a dureza dos obstáculos impostos pelo princípio da população dá espaço, no *Segundo Ensaio*, para a teoria da mente que fora apenas esboçada no *Primeiro Ensaio*. Mesmo que o princípio da população continue a oferecer obstáculos intransigentes, o argumento se esforça nem tanto mais em apontar a extensão dos limites impostos por esses obstáculos, e sim como eles oferecem um guia de conduta humana prudente.

É inserido no *Segundo Ensaio* um conceito novo e central, a abstinência virtuosa[5] (*moral restraint*). Primeiramente, observa Cremaschi (2013, p. 46-47), Malthus altera a apresentação dos obstáculos à população: no *Primeiro Ensaio,* os obstáculos seguiam a sequência lógica (em ordem consecutiva de causação) vício – miséria – abstinência prudencial. No *Segundo,* ele passa à introdução (desta vez, sistemática) da ordem abstinência virtuosa - vício - miséria. Mais do que artifício retórico, ocorre uma alteração lógico-conceitual radical. A abstinência fora, no *Primeiro Ensaio*, vagamente sugerida como prudência (*prudence*), e nesse sentido era mais consequência punitiva do que causa do comportamento moderado. No *Segundo Ensaio*, contudo, a causação entre obstáculos e prudência, através da moral, assume outra funcionalidade, mais precisamente, recíproca (Pullen, 2016, p. 363): o conceito de abstinência virtuosa não apenas previne a pressão por alimento, mas igualmente oferece um diretivo racional.

Esse é o ponto destacado por Donald Winch (1996, p. 305), para quem a abstinência virtuosa disponibiliza uma inédita abertura à importância da ação humana – seja por meio da educação ou da liberdade política. Isso se torna claro quando Malthus faz a curiosa distinção

[5] Adota-se aqui a precisa tradução de Coutinho (1993).

do impacto exclusivo dos obstáculos preventivos como prerrogativa humana, diferente das "plantas e animais", diferenciando por consequência miséria de vício:

> Dos obstáculos positivos, aqueles que parecem resultar inevitavelmente das leis da natureza podem ser chamados exclusivamente miséria; e aqueles que obviamente trazemos sobre nós próprios, como guerras, excessos, e muitos outros que teríamos o poder de evitar, são de natureza mista. Eles são provocados sobre nós pelo vício, e sua consequência é a miséria (Malthus, 1989, I, p. 19).

Aqui é dado o passo crucial entre mitigação do mal e uma incisiva proposta de melhoramento. Essa questão é importante para expandir o arco explicativo da abstinência virtuosa, apresentada, a princípio, apenas como "a abstinência do casamento que não é acompanhada de gratificações irregulares" (Malthus, 1989, I, p. 18). Nesse ponto, Malthus faz um apontamento muito importante sobre a questão da perspectiva, pois se por um lado essas "conexões irregulares com mulheres" podem proporcionar "felicidade para ambas as partes e não prejudic[ar] ninguém", isto é, se essas "ações individuais não podem assim ser enquadradas como miséria", por outro lado o seu efeito não pode ser outro que "uma tendência geral de que o intercurso ilícito entre os sexos prejudique a felicidade da sociedade" (Malthus, 1989, I, p. 19). Ora, as dimensões ficam aí muito claras: é o comportamento vicioso individual que induz à miséria coletiva. Quem está sujeito à objeção nesse raciocínio não é a lei tabular de Moisés – "não cometerás adultério" -, preceito que Malthus considera evidente para qualquer cristão; quem recebe objeção é a definição indiferenciada de miséria, que não considera o impacto da intemperança individual.

O obstáculo positivo é reconduzido no *Segundo Ensaio* não apenas como condição inflexível, mas como uma cláusula de ação-reação que urge pela modelagem da argila: talvez a humanidade não tenha ainda alcançado conhecimento o bastante para mensurar as consequências da imprudência. Para almejar esse patamar, é a razão a válvula de nivelamento entre o obstáculo positivo (irredutível em sua essência) e o obstáculo preventivo (de caráter mitigador). Não fora mera verborragia Malthus escrever impressionantes vinte e cinco capítulos descrevendo como os obstáculos afetavam diferentes sociedades, começando pelo "mais baixo estágio da sociedade humana" até os "Estados da Moderna Europa" (Malthus, 1989, I, p. 25-305). O sentido analítico desses capítulos não é apontar que a opulência é causa da complexidade social, mas discutir o desenvolvimento progressivo da compreensão humana que teria permitido essa estruturação social considerada por Malthus mais "avançada". A despeito de qualquer eurocentrismo, o ponto é que o improvimento da mente é o condutor de estágios mais avançados de organização social em relação à obra de melhoria proposta pela infinita sabedoria Divina.

Essa relação é extensivamente discutida no importante capítulo "dos nossos prospectos futuros a respeito da remoção ou mitigação dos males provenientes do princípio da população". Segundo Malthus, é pela "estrita atenção" do obstáculo preventivo que as virtudes da paixão entre os sexos podem ser "abstratamente consideradas boas", graças à "regulação em nossa conduta" (Malthus, 1989, II, p. 93). Há um compromisso implícito entre razão e salvação: "nossa virtude, portanto, como seres razoáveis, evidentemente consiste em induzir do material geral que o Criador colocou sob nosso guia a maior soma de felicidade humana" (Malthus, 1989, II, p. 93) e por isso "torna-se nossa tarefa positiva como criaturas razoáveis, em vista da

execução dos comandos de nosso Criador, inquirir sobre as leis que ele estabeleceu para a multiplicação das espécies" (Malthus, 1989, I, p. 205).

O *Segundo Ensaio* introduz com esse compromisso uma hierarquia no sistema elementar de punição-e-recompensa, ao estabelecer não a espora moral como dispositivo indutor da Salvação, mas o uso da faculdade humana da razão. Mesmo que a paixão entre os sexos seja mundana como sempre foi e sempre haverá de ser, suas repercussões são agora avaliadas não em termos da (inescapável) pressão populacional, mas decisivamente em face de suas consequências sobre o longo processo de desenvolvimento da mente. Nos dois casos, há presença da física aristotélica no pensamento malthusiano: a ideia de potência estabelece relação teleológica com a Salvação nos dois ensaios, mas o movimento deixa de ser binário – observar ou morrer – em favor da conduta virtuosa, tão variada quanto o depuramento da mente e o exercício da razão permitirem. A onipresença divina, já sujeita a limitação temporal no *Primeiro Ensaio*, é sobre-restringida no *Segundo Ensaio* ao compartilhar com a felicidade humana um papel funcional no movimento de Salvação.

É traçada afinal a linha tênue, mas crucial, entre determinação e realização: se o princípio da população fosse determinante, Malthus teria de admitir o extremo da Danação Divina em oposição à razão humana. Por isso, a retórica é rearticulada para salientar a importância da experiência na construção de uma "solução-média" (Pullen, 1982): herdeiro da tradição empirista, Malthus compartilha da proposta que conhecer é experimentar. Não é de admirar sua sugestão de usar a "educação paroquial" para inculcar "os mais simples princípios da economia política" nas massas pauperizadas, como princípios mesmos de responsabilidade pessoal e sustento da prole (Malthus, 1989, II, p. 151-155). É sobre esse aspecto que insiste Donald Winch (1987, p. 65) ao enquadrar as mudanças conceituais promovidas por Malthus como aburguesamento (*embourgeoisement*), ideia segundo a qual "padrões de vida depend[eriam] tanto das conveniências e confortos disponíveis às classes mais baixas quanto o alimento mais barato".

A partir dessa ideia, Cremaschi (2013, p. 49-50) procura sistematizar a função estratégica que a educação viria a ocupar nas sucessivas edições dos *Ensaios*, segundo três efeitos de retro causalidade: o primeiro deles, a "gentrificação" das classes mais baixas, que serviria não apenas ao cultivo de prudência e diligência, mas sobretudo ao cultivo de novos gostos (como é o curioso exemplo da introdução do chá e do açúcar na dieta). O segundo efeito seria o exercício do autoesclarecimento, através do qual essas classes adquiririam consciência gradual de que sua miséria estava conectada diretamente à sua (ir)responsabilidade. Por último, o efeito da educação da perspectiva de investimento no capital humano. Esse efeito se alinha à concepção smithiana de que cada pessoa seria um capital fixado e realizado em si próprio – algo como a condução da razão como mecanismo de solidificação de uma atitude responsável e, igualmente, laborativa.

Não se pode negar a fixação de Malthus pela responsabilização individual, como já apontado em seu envolvimento na discussão sobre as *Old Poor Laws.* Sem dúvida, sua obstinação repercutiu para consolidar opiniões de que o pobre é culpado por sua pobreza. A qualidade das "evidências" históricas sobre os benefícios da postergação do casamento coletadas pelo autor é, no mínimo, questionável, e elas foram habilmente construídas em retrospectiva para reforçar o argumento central: "a castidade antes do casamento precisava causar algum desconforto para compelir as pessoas a trabalhar melhor sua situação, então elas

poderiam se casar" (Handy, 2022, p. 101), Todavia, a despeito dessa obstinação consolidar a figura do "ogro malthusiano" (Cremaschi, 2016, p. 50-53), não deve passar desapercebido que a proposta de educação e responsabilidade modifica de forma qualitativa o conceito de obstáculos do *Primeiro Ensaio:* de significado associado à insuficiência alimentar, os obstáculos se tornam funcionais aos conceitos de diligência e prudência.

Aqui é necessário retornar à argumentação anterior: a abstinência virtuosa dialoga com a temperança sexual, mas com ela não se confunde. Afinal, no *Segundo Ensaio* Malthus exprime uma distinção muito particular entre procriação e sexo. Explica Sergio Cremaschi que:

> Os ensinamentos morais cristãos costumavam diferir de maneira notável entre si, variando desde defensores de uma visão bíblica mais ortodoxa sobre o casamento e o amor como elementos altamente positivos na criação de Deus e partes essenciais do plano divino, até visões bastante heterodoxas que consideravam a sexualidade como pecaminosa, independentemente de sua pecaminosidade poder ser em parte justificada pelo fim superior da procriação. O que basicamente faltava na discussão até a época de Malthus era a consideração da responsabilidade dos próprios seres humanos na decisão de procriar. Isso introduz uma mudança notável também na abordagem, pois a discussão passa a ser um exame de uma questão bem definida, levando em conta **relações de causa e efeito** para avaliar possíveis linhas de conduta à luz de alguns juízos de valor amplamente compartilhados e comparativamente mínimos. [...] Em certo sentido, tanto o tema, ou seja, a sexualidade, foi substituído por uma questão mais restrita, a saber, a reprodução, quanto a abordagem tradicional, ou seja, a teologia moral e a filosofia, foram substituídas por uma abordagem mais modesta, nomeadamente, nas próprias palavras de Malthus, 'ciência moral e política' (Cremaschi, 2016, p. 71-72, tradução e grifos próprios).

É por esse caminho que Malthus faz a curiosa conexão entre abstinência virtuosa e política. Ele assume que, "universalmente, a prática da humanidade quanto ao casamento tem sido muito superior às teorias [...] [e] cada indivíduo descobre necessário, na prática, os meios para suportar uma família antes dele se aventurar a dar tão importante passo" (Malthus, 1989, I, p. 212). Essa cláusula apoia, por sua vez, a premissa de que "o desejo de melhorar nossa condição e o receio de torná-la pior, assim como a *vis medicatrix naturae* na física, é a *vis medicatrix republicae* na política, e contorna continuamente as desordens derivadas da estreiteza das instituições humanas" (Malthus, 1989, II, p. 363). Essa analogia entre "medicamento" natural e republicano, como muito bem observa John Pullen (2019b, p. 747), é que permite a Malthus fazer a conexão que modifica crucialmente o caráter do *Primeiro Ensaio*, a saber: "o mero desejo ou motivação para alcançar melhores condições não alcançarão melhores condições por si só", pois uma "condição final deve estar acompanhada de causas materiais apropriadas".

Com isso se torna possível compreender o longo esforço do *Segundo Ensaio* em comparar nações ou regiões segundo estágios de desenvolvimento, não pelos seus méritos historiográficos, mas sim lógicos. Um exemplo notável ocorre durante a investigação dos "obstáculos entre os antigos habitantes do Norte da Europa", quando Malthus infere que "a esperança prevalecente de melhorar sua condição ao mudar de local [...] adicionada ao natural descuido do caráter bárbaro, conspirariam todos para um crescimento da população que haveria de ser reprimido posteriormente pela fome e pela guerra" (Malthus, 1989, I, p. 62). Se a ideia de punição e recompensa continua presente nessa inferência, abre-se, contudo, espaço para uma mudança na sua forma. Considerando o advento da experiência, ninguém é capaz de saber de

antemão[6] o que é melhor se não atravessar o processo de depuração mental, que permite comparar a "duração" dos prazeres mentais vis-à-vis os prazeres carnais. É precisamente esse processo comparativo que provê um processo de descoberta do melhor, um encorajamento ao desenvolvimento contínuo da mente cujo limite, ainda que teoricamente existente, é desconhecido (ou mais precisamente, conhecido apenas pela absoluta antevisão Divina). É nesse ponto que se situa a modificação conceitual derradeira do *Segundo Ensaio*: é o processo de busca pelo conhecimento que desenvolve a prudência, mais do que qualquer força punitiva. Isso permite a Malthus transitar de uma aposta na fé estática fundada na recompensa celestial, para uma convicção sobre o papel da razão mundana e dinâmica para prover o melhoramento social do "barbarismo à civilização".

A consequência dessa alteração se refletirá imediatamente no campo especulativo político-social, ao longo do interessante capítulo dedicado aos "efeitos do conhecimento das principais causas da pobreza sobre a Liberdade Civil". O capítulo começa por acusar qualquer ideia que atribua "a maior parte dos sofrimentos das classes mais baixas da sociedade exclusivamente a elas próprias" como "desfavorável à causa da liberdade [*liberty*]" (Malthus, 1989, II, p. 122). Nesse capítulo, muito diferente do que ocorrera no *Ensaio* anterior, Malthus se empenha em recusar que a causa da pobreza seja unidimensional, seja como resultado exclusivo das leis da natureza, da imprudência da pessoa pobre ou mesmo da discricionariedade governamental: a pobreza é, ao contrário, o elo que conecta a agitação popular à violência pública e, por consequência, favorece o despotismo[7]. Ao assumir a pobreza como problema a ser tratado *in loco*, e não da perspectiva dos governantes, Malthus reformula o dilema da salvação divina em termos do mais imediato e secular dilema britânico sobre os limites do cerceamento à liberdade civil, reassegurando o papel central do desenvolvimento mental.

A acusação é nominalmente dirigida aos "senhores do campo" (*country gentlemen*) por sua "usurpação do poder" e por se renderem "ao governo sob a condição de serem protegidos da plebe", porque se convenceram "muito facilmente" que as "circunstâncias lhes exigir[iam] abdicar de alguns dos mais valiosos privilégios do cidadão inglês (*Englishmen*)"; se a "*vox populi* fosse autorizada a falar, pareceria a voz do erro e do absurdo ao invés da *vox Dei*". (Malthus, 1989, II, p. 124-125). Ou seja, a modelagem da argila não cabe tão somente às mãos do Criador, mas antes às mãos dos "senhores" que devem se envolver e conduzir a política nacional com ouvidos atentos à *vox populi*. Afinal, como incita o título do capítulo, o centro da discussão é o conhecimento, mais especificamente, conhecer as conexões entre as causas da pobreza e dos assaltos à liberdade civil. O tom admoestador do *Primeiro Ensaio* é substituído por um discurso típico do "reformador moderado, ansioso em mediar a tirania executiva e o radicalismo popular, na tentativa de preservar o espaço que permitiria uma reforma gradual ser conquistada" (Winch, 1987, p. 50). Isso tampouco significa que Malthus adotou uma postura equalitária – isso infringiria sua cláusula pétrea de "espora à diligência" (*spur to industry*).

[6] Note-se a distância radical da concepção de experiência/costume de Edmund Burke, discutida no início deste texto.

[7] O capítulo consta desde a edição de 1803, mas em 1817 recebe um adendo ("continuação do mesmo assunto") em face do *Habeas corpus suspension Act*, também de 1817. Malthus se utiliza do evento para reafirmar como "visões errôneas" sobre a principal causa da pobreza levam a "resultados desfavoráveis à liberdade" (Malthus, 1989, II, p. 133 e 133).

(Malthus, 1989, I, p. 308). Essa parece ser sua motivação para escrever um dos parágrafos mais controversos da primeira edição (1803) do *Segundo Ensaio*, que merece transcrição:

> Um homem que nasce num mundo já empossado, se não pode ter sua subsistência garantida por seus pais, sobre quem ele possui uma justa demanda, e se a sociedade não quer seu trabalho, ele não tem qualquer pretensão de direito a menor porção de comida, e, na realidade, não tem qualquer razão para estar onde está. No ostentoso banquete da natureza, não há espaço vago para ele. A natureza pedirá que saia, e rapidamente executará suas próprias ordens, se ele não trabalhar em favor da compaixão dos outros convidados. Se os convidados se levantarem e derem espaço para ele, outros intrusos imediatamente aparecerão requisitando o mesmo favor. [...] A ordem e a harmonia do banquete são perturbadas, a fartura que antes reinava torna-se escassez; e a felicidade dos convidados é destruída pelo espetáculo da miséria e dependência em toda parte do salão" (Malthus, 1989, II, p. 127-128).

Muitas das expressões ásperas adotadas no *Primeiro Ensaio* aparecem nesse trecho (miséria, dependência, ordem, até mesmo a referência ao Grande Banquete Divino). Muitos são levados a reforçar a ideia de "malthusianismo" como sinônimo de seleção precisamente em função dessa passagem, que conduzia diretamente ao capítulo seguinte do livro, o "plano para abolição gradual das *Poor Laws*". Deve-se notar, contudo, um detalhe de suma importância: a passagem acima foi inteira e definitivamente omitida da segunda edição do *Segundo Ensaio* (1806) em diante. A omissão da passagem não adulterou o ordenamento de capítulos – cuja sequência sugeria desde 1803 uma relação íntima entre pobreza, liberdade civil e as *Poor Laws.* O ponto a ser destacado é o reconhecimento do perigo iminente que a pobreza, entendida como causa de sofrimento espiritual, se convertesse em combustível para a dissolução da ordem constituída.

Na edição de 1817, Malthus considera perdoável o descontentamento popular generalizado, pois "um considerável número de trabalhadores, que estão tanto disponíveis quanto dispostos a trabalhar, estão completamente excluídos de emprego, e consequentemente incapazes de comandar as necessidades da vida". Por esse motivo, ele conclui, "todo esforço deve ser feito pelas classes mais altas para mitigar [o descontentamento]" (Malthus, 1989, II, p. 133). Observe-se que o problema da prudência e do sustento próprio e da prole continua presente, mas a ele se acrescenta um questionamento prévio: se o populacho só for "esporado" sem instrumentos adequados, essa indução não se converterá em diligência, mas em mero sofrimento – porta de entrada ao radicalismo. A rejeição plana de qualquer medida assistencial ao processo de modelagem da argila é preterida em favor de um problema mais complexo, a saber, como permitir desatar mãos atadas dispostas, mas impedidas por motivos alheios, a essa modelagem.

Essa questão permite entender, finalmente, à qual mitigação se refere o subtítulo do *Segundo Ensaio*. As leis da natureza e sua relação com a sabedoria do Criador continuam como sempre foram, constantes: "nós somos proibidos tanto pela razão quanto pela religião em esperar que [as leis uniformes da natureza] serão modificadas a fim de nos possibilitar executar mais prontamente qualquer preceito" (Malthus, 1989, I, p. 205). Consequentemente, seu papel no processo de espora moral é o mesmo de sempre. Resta como única mitigação possível, por tudo que foi discutido até aqui, a ação humana racional e orientada de acordo com o desenvolvimento da mente, cuja consequência – e não causa – é o melhoramento social.

Thomas Sowell resume essa longa jornada com precisão: o *Segundo Ensaio* "nunca perdeu seu caráter essencial como resposta ao radicalismo"; contudo, é menos dedicado a "resolver o problema social da pobreza do que direcionado a resolver o problema moral-político de atribuir a culpa pela pobreza" (Sowell, 1962, p. 272). Malthus é taxativo ao afirmar que "é o medo da necessidade, mais do que a necessidade em si, o melhor estímulo à diligência" (Malthus, 1989, I, p. 439). As discussões que ele eventualmente adentrará sobre economia política e distribuição da riqueza devem ser ancoradas na sua preocupação primordial com a Salvação e com o desenvolvimento da mente. A dualidade pobreza-riqueza é uma dentre várias necessárias à constituição de uma "arena justa", na qual "as partes superiores e inferiores são [...] surpreendentemente benéficas" (Malthus, 1989, II, p. 194). Ambas são benéficas precisamente por serem extremos possíveis, mas não desejáveis. São as fronteiras que elas traçam ao desenvolvimento da mente e ao desejo de ser melhor que traduzem os comandos para a construção das "moradas do Pai" no mundo terreno.

5 CONCLUSÃO: mal-entendidos, entre a interpretação e o texto.

É absolutamente anacrônico considerar o pensamento de Malthus como tentativa de modelagem da distribuição de riqueza, ou pior, como experimento vanguardista de eugenia social. A economia política de então estava ainda distante da teorização elegante científica e se associava ao dever do aconselhamento político. Tal vocação exigia "que alguém colocasse em quarentena o interesse privado e perseguisse o interesse público, concebido como boa legislatura" (Walter, 2021, p. 18). No caso de Malthus, esse dever ia além da discussão pública e incluía igualmente sua orientação religiosa; foi precisamente essa dupla vocação que colocou a pobreza como "o principal problema tanto à moral pública quanto à privada" (Cremaschi, 2013, p. 48).

Portanto, o intento deste trabalho não é esquivar Malthus de qualquer investida crítica política. O que se quis discutir é que, a despeito de inclinações pessoais, uma ideia por si só não é capaz de produzir cenários políticos, mas o uso da ideia, particularmente os mal-entendidos em torno delas, esses sim poderão e provavelmente engajarão furiosa oposição. Em suma:

> O padrão lógico de mal-entendido subjacente neste caso consiste na tendência romântica a entender as descrições e explicações de Malthus no *Ensaio* como se fossem tentativas não de revelar a natureza e as causas de certos eventos, mas de legitimar e perpetuar – ou mesmo recomendar – um determinado estado de coisas. Mas ver fatalismo em sua teoria da população era interpretação, e não texto (Fonseca, 2003, p. 206).

O artigo sugeriu que o criticismo incisivo do *Primeiro Ensaio* não deve obliterar suas preocupações elementares, as mesmas que foram exaustivamente desenvolvidas e readequadas ao longo das sucessivas edições do *Segundo Ensaio*. Demostrou-se que as palavras de Malthus nunca foram dirigidas ao Pastor, mas às ovelhas. A infinita bondade do Criador nunca foi motivo de objeção, tanto quanto nunca foi defendida a eliminação do mais fraco. A questão precisa foi (e continua a ser) como garantir que os condicionantes materiais provenham condições mais virtuosas de sociabilidade, e não espirais de vício e desespero.

Se este artigo atingiu sua pretensão mínima, uma releitura prudente dos *Ensaios* de Malthus proporcionará uma visão do autor mais abrangente que as rotulares ideias de "demanda efetiva" e "ciência lúgubre". Isso passa pelo reconhecimento da posição *sui generis* ocupada pelo autor no nascedouro da ciência econômica moderna, quando ainda se problematizavam as distensões entre prosperidade material, participação social e desenvolvimento espiritual.

REFERÊNCIAS

BOWLER, B. J. Malthus, Darwin, and the concept of struggle. **Journal of the History of Ideas**, v. 37, n. 4, p. 631–650, Oct./Dec.1976. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2709028>. Acesso em: 25 set. 2024.

COUTINHO, M. C. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CREMASCHI, S. Malthus's war on poverty as moral reform. **CRIS - Bulletin of the Centre for Research and Interdisciplinary Study**, v. 2013, n. 2, p. 43–54, 1 dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/cris-2013-0009> Acesso em: 06 dez. 2024.

CREMASCHI, S. V. Malthus on sex, procreation, and applied ethics. **Pensando - Revista de Filosofia**, v. 7, n. 14, p. 48, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/pensando.v7i14.4940> Acesso em: 06 dez. 2024.

DARWIN, C. **The autobiography of Charles Darwin, 1809-1882**. New York: Norton. 1993.

DIGBY, A. Malthus and Reform of the English Poor Law. In: **Malthus and his time**. Michale Turner (ed.). Londres: Palgrave Macmillan, 1986.

FONSECA, E. G. **O mercado das crenças:** filosofia econômica e mudança social. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HANDY, J. **Apostles of inequality:** rural poverty, political economy, and the Economist, 1760-1860. Toronto: University of Toronto Press, 2022.

KEYNES, J. M. Thomas Robert Malthus. In: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. 10. London: Royal Economic Society, 1978.

MacRAE, D. G. **Thomas Malthus**. Encyclopedia Britannica (*online*), 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Malthus>. Acesso em: 25 set. 2024.

MALTHUS, T. R. **Essay on the Principle of Population**. London: Macmillan (*reprint*), 1966 [1798].

MALTHUS, T. R. **An Essay on the Principles of Population**. Ed. Patricia James, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PULLEN, J. Malthus on the Doctrine of Proportions and the Concept of the Optimum. **Australian Economic Papers** (December), p. 270–285, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8454.1982.tb00389.x>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. Malthus, Jesus and Darwin. **Religious Studies**, v. 23, n. 2, p. 233-246, 1987. Disponível em: < https://doi.org/10.1017/S0034412500018746>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. 2016. Malthus on Causality. **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 23, n. 3, p. 349–77, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09672567.2014.916729>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. Malthus on social classes: higher, lower and middle. **Cambridge Journal of Economics**, v. 43, n. 5, p. 1417–1435, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cje/bey056>. Acesso em: 25 set. 2024.

PULLEN, J. Malthus on the desire of bettering our condition and the *Vis Medicatrix Reipublicae*. **History of Political Economy**, v. 51, n. 4, p. 731-751, 2019b. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00182702-7685212>. Acesso em: 25 set. 2024.

SKINNER, Q. **Vision of politics**: Regarding Method. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SOWELL, T. Malthus and the Utilitarians. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, v. 28, n. 2, p. 268-274, 1962. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/139197> Acesso em: 25 set. 2024.

WALTER, R. **Before Method and Models:** The Political Economy of Malthus and Ricardo. New York: Oxford University Press, 2021.

WINCH, D. **Malthus**: (Past masters). Oxford: Oxford University Press, 1987.

WINCH, D. **Riches and poverty**: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1996.

WRIGLEY, E. A.; SMITH, R. Malthus and the Poor Law. **The Historical Journal**, v. 63, n. 1, p. 33–62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0018246X19000177>. Acesso em: 25 set. 2024.